

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Silvania Uchôa de Castro¹

RESUMO

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira vem sofrendo várias transformações, sendo a discussão sobre valorização do magistério um dos pontos em que a educação básica mais evoluiu. Partindo dessas considerações, o texto a seguir tem como objetivo problematizar, de forma resumida, as discussões acerca das políticas públicas educacionais na sociedade contemporânea, tecendo algumas considerações quanto a valorização do magistério. O percurso metodológico escolhido foi a pesquisa bibliográfica, a partir do referencial teórico, tais como Abicalil (2008); Alves e Pinto (2011); Bauman (2008); Lahire (2006); Lypovetsky e Serroy (2011); Marx e Engels (2001); Masschelein e Simons (2017); Sawaia (1999), dentre outras leituras complementares. A partir das leituras realizadas, compreendemos melhor a relação entre a educação e a sociedade contemporânea, com ênfase nos aspectos pertinentes ao contexto atual das políticas de valorização do magistério. Dito isto, ressaltamos a importância dessa discussão, principalmente quanto aos aspectos relacionados à concepção de uma educação emancipatória, ou seja, com uma educação comprometida com a transformação social.

Palavras-Chave: Educação. Sociedade Contemporânea. Políticas Públicas. Valorização do Magistério.

PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN THE CONTEMPORARY SOCIETY: BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT THE VALUE OF THE MAGISTRY

ABSTRACT

In the last few decades, Brazilian public education has undergone several transformations, with the discussion about valuing the teaching profession one of the points in which basic education has evolved the most. Based on these considerations, the following text aims to problematize, briefly, the discussions about educational public policies in contemporary society, making some considerations regarding the valorization of teaching. The methodological path chosen was bibliographic research, based on the theoretical framework, such as Abicalil (2008); Alves and Pinto (2011); Bauman (2008); Lahire (2006); Lypovetsky and Serroy (2011); Marx and Engels (2001); Masschelein and Simons (2017); Sawaia (1999), among other complementary readings. From the readings carried out, we better understand the relationship between education and contemporary society, with an emphasis on aspects relevant to the current context of policies that value teaching. That said, we emphasize the importance of this discussion, especially regarding aspects related to the conception of an emancipatory education, that is, with an education committed to social transformation.

Keywords: Education. Contemporary Society. Public policy. Valorization of the Magisterium.

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: silvaniauchoa10@gmail.com

POLÍTICAS EDUCATIVAS PÚBLICAS EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA: BREVES CONSIDERACIONES SOBRE EL VALOR DE LA MAGISTERÍA

RESUMEN

En las últimas décadas, la educación pública brasileña ha sufrido varias transformaciones, siendo la discusión sobre la valoración de la profesión docente uno de los puntos en los que más ha evolucionado la educación básica. A partir de estas consideraciones, el siguiente texto pretende problematizar, de manera resumida, las discusiones sobre políticas públicas educativas en la sociedad contemporánea, haciendo algunas consideraciones sobre la valorización de la docencia. El camino metodológico elegido fue la investigación bibliográfica, basada en el marco teórico, como Abicalil (2008); Alves y Pinto (2011); Bauman (2008); Lahire (2006); Lypovetsky y Serroy (2011); Marx y Engels (2001); Masschelein y Simons (2017); Sawaia (1999), entre otras lecturas complementarias. A partir de las lecturas realizadas, se comprende mejor la relación entre educación y sociedad contemporánea, con énfasis en aspectos relevantes al contexto actual de políticas que valoran la docencia. Dicho esto, destacamos la importancia de esta discusión, especialmente en aspectos relacionados con la concepción de una educación emancipadora, es decir, con una educación comprometida con la transformación social.

Palabras clave: Educación. Sociedad contemporánea. Políticas públicas. Valorización del Magisterio.

Introdução

O desafio de melhorar a qualidade da educação pública brasileira, passa necessariamente pela implementação de políticas públicas de valorização do magistério. Neste sentido, o presente artigo reúne as discussões teóricas acerca da educação e a sociedade contemporânea, com ênfase nos aspectos pertinentes ao contexto atual das políticas públicas de valorização do magistério. Diante do exposto, apresentamos a seguinte problemática: De que forma as políticas públicas educacionais desenvolvidas na contemporaneidade têm contribuído para a valorização do magistério? Em outras palavras, quais os impactos das políticas educacionais na valorização do magistério?

Ressaltamos a importância dessa abordagem para nossa compreensão de mundo, da sociedade em que vivemos, da educação, cidadania e participação social, bem como das discussões relacionadas a complexidade e contrariedade que constitui o processo de exclusão social.

Para abordar as breves considerações sobre essas temáticas, nos apoiamos nos estudos de Abicalil (2008); Alves e Pinto (2011); Caldas (2008); Bauman (2008); Beck (2018); Dubet (2008); Freire (2005); Lahire (2006); Lypovetsky e Serroy (2011); Marx e Engels (2001); Masschelein e Simons (2017); Sawaia (1999), dentre outras leituras complementares.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Ressaltamos a importância de toda a bibliografia para refletirmos sobre a relação educação e sociedade, bem como aspectos relacionados a educação e desenvolvimento social e as atuais políticas de valorização do magistério.

Para melhor explanação desta temática, dividimos o texto em duas partes: na primeira, abordaremos acerca da educação e sociedade na contemporaneidade, onde discorreremos sobre o papel da educação no contexto atual. Na segunda parte, apresentaremos as políticas de valorização do magistério, destacando os aspectos legais, bem como a importância da necessidade de efetivação dessa política para a melhoria da qualidade da educação básica. Destacamos, ainda, algumas reflexões acerca da pesquisa em política educacional, uma vez que desenvolvemos pesquisa nessa área no âmbito da valorização do magistério público. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

177

Educação e Sociedade na Contemporaneidade

Paulo Freire atribui à Educação o papel de contribuir para o processo de transformação social, pois, para ele, a educação é dialógico-dialética, na medida em que o ato educativo pode superar a prática de dominação e construir uma prática da liberdade em que educador e educando são os protagonistas do processo, dialogam e constroem o conhecimento mediante a análise crítica das relações entre os sujeitos e o mundo. Esse movimento decorre da compreensão da Educação como ato de conhecimento e como ato político.

O grande desafio da política educacional na atualidade é a real efetividade e impacto positivo na vida da população, no sentido de promover melhores condições de vida. Neste sentido, a necessidade de melhoria da qualidade da educação é latente.

A atual Constituição Federal determina que o direito à educação refere-se não só à garantia do acesso e permanência na educação básica, mas também a garantia de padrão de qualidade como um dos princípios segundo a qual se estruturará o ensino (BRASIL, 1988).

A partir dos anos de 1990, a política educacional brasileira ampliou substancialmente o acesso à educação básica, mas a baixa qualidade do ensino público ainda é um grande obstáculo para que se alcance uma maior equidade social.

Mas, como garantir uma educação de qualidade que promova a equidade social nos dias atuais? São grandes os desafios frente a realidade da sociedade capitalista em que vivemos,

uma sociedade de consumo, onde o conforto material se impôs como uma preocupação primordial. De acordo Sawaia (1999),

“As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade - persistentes em nosso país - convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os "excluídos" e os "incluídos", de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. Acresça-se a isso tudo, a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado” (SAWAIA, 1999 p. 25).

A política neoliberal atribui a educação escolar à preparação para o trabalho, atendendo às necessidades da livre iniciativa. Utilizando a educação como elemento central para a manutenção do *status quo*. Neste sentido, a educação se apresenta como um campo estratégico para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Destarte, uma quantidade significativa de reformas educacionais têm sido implantadas no Brasil, e em outros países, sobre a necessidade de melhoria da educação e, nessas reformas, a valorização do professor ganha centralidade. Grande parte dessas reformas estão concentradas na Educação Básica, como as políticas de financiamento da educação e de valorização do magistério.

O fato de a Educação Básica ser a etapa que mais recebe investimento é um exemplo de que interessa formar a maioria da população como força de trabalho necessária para o desenvolvimento econômico do país, para atender a lógica do mercado e ao interesse do empresariado. Assim, a burguesia industrial acaba se beneficiando sobremaneira, das políticas educacionais voltadas para as demandas do mercado. Ademais, fica evidente que os interesses do campo econômico passam a orientar o que é prioridade de investimento.

Marx e Engels (2001) explicitam que, neste contexto, o Estado não é mais do que uma forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses. Assumindo assim, o domínio sobre a classe trabalhadora, explorando-a de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.

Dito isto, qual o função da escola na sociedade contemporânea? De acordo com Masschelein e Simons (2017), “a escola é, igualmente, o lugar onde os jovens (de acordo com um método específico) são abastecidos com tudo o que eles devem aprender para encontrar o seu lugar na sociedade” (p. 13). Os autores acrescentam ainda que talvez não haja nenhuma invenção humana mais habilitada em criar a igualdade do que a escola.

Vale ressaltar que estamos falando de igualdade de oportunidades, no entanto é sabido

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

que o fato de frequentar a escola não “traduz” em condições de igualdade. Muitas vezes o futuro profissional, nível de emprego, está relacionado com o investimento nos estudos, ou seja, a relação entre escola e melhores condições de emprego. Dito de outra forma, a aprendizagem é um investimento no capital humano.

Para Masschelein e Simons (2017), no contexto do desenvolvimento de talento e da educação baseada na competência, a escola acaba se tornando o aparelho de seleção por excelência. Vivemos em um mundo globalizado e neste contexto, a cultura consumista é marcada por uma pressão constante para que sejamos alguém na vida.

Em decorrência das crescentes necessidades de mão-de-obra qualificada para atender a economia do mundo capitalista, cada vez mais a escola tem um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico. Os mercados de consumo se concentram na desvalorização imediata de suas antigas ofertas, a fim de limpar a área da demanda pública para que novas ofertas a preencham (BAUMAN, 2018).

No Livro “Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria”, Bauman (2008), analisa como a sociedade moderna de produtores foi gradualmente se transformando em uma sociedade de consumidores.

Neste mundo globalizado, nem todos têm acesso às necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia, educação. Há uma parcela significativa da população que vive à margem da pobreza. Assim, de acordo Sawaia (1999),

sociedade exclui para incluir e esta transmutação, é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre, decente e digno no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 1999 p.8).

Existe uma parcela significativa da população considerada apta ao trabalho, porém são vítimas da conjuntura econômica e da crise de emprego, pois ao longo da vida vão sendo expulsos do mercado de trabalho e aqueles que não conseguem nele entrar, impedidos do acesso ao emprego.

Essa realidade está mais presente no contexto atual, com a pandemia global ocasionada pela Covid-19, em que a exclusão social está mais visível, com o crescente índice de desemprego. No contexto escolar, muitos alunos foram excluídos das aulas remotas, por não ter acesso à internet e ainda pelo fato de que os pais não conseguem acompanhar os filhos no processo ensino aprendizagem. Esses estudantes da educação básica, principalmente os que

vivem em condições vulneráveis, terão prejuízos no processo de aprendizagem, considerando a realidade descrita. Toda essa situação leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficits.

Políticas de Valorização do Magistério

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira vem sofrendo várias transformações, sendo a discussão sobre valorização do magistério um dos pontos em que a educação básica mais evoluiu e que tem sido objeto de interesse crescente por parte de estudiosos e formuladores de políticas públicas.

A valorização dos profissionais do magistério é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade. A atuação do professor tem impacto na sociedade, para além da sala de aula, seja no desempenho dos estudantes, na qualidade da escola e no progresso da educação. Para isso, o professor deve ser bem remunerado, receber os recursos necessários para realizar sua função e ter voz ativa na elaboração de políticas públicas para a educação.

Políticas públicas educacionais são programas ou ações que são criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos, sendo essenciais para a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade, acessível a todos os cidadãos. Assim, consideramos que políticas públicas educacionais é tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer em educação.

Nesse contexto, políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacional, estadual, municipal) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (CALDAS, 2008). A garantia da efetivação dessas políticas é importante para o desenvolvimento cultural e social de uma nação. Dentre as políticas públicas presentes em nossa sociedade, destacaremos as políticas públicas educacionais, mais especificamente a política de valorização do magistério.

Considerando esta prerrogativa, ressaltamos a importância das políticas públicas no âmbito educacional, no sentido de melhorar a educação brasileira, proporcionando a construção de cidadãos conscientes, com ética e valores. Visto que o conjunto de todas as políticas educacionais são relevantes para proporcionar uma educação pública de qualidade e com equidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

As políticas de valorização do magistério têm grande importância para a qualidade da educação, uma vez que é um dos principais pilares para a melhoria das condições de trabalho e de remuneração docente, pois consideramos que a qualidade do ensino está relacionada à melhoria das condições de trabalho do professor e sua valorização profissional e social. Problemática esta que faz parte das nossas inquietações como ser social, do lugar em que falamos, como professora da educação básica e pesquisadora em políticas públicas educacionais.

Ao estudar uma política educacional vigente sobre a valorização do magistério, faz-se necessário analisar as relações que permeiam a materialização da mesma, incluindo as intencionalidades e os interesses subjacentes. Assim, buscamos na teoria, base para nos orientar a encontrar soluções sobre nossas inquietações, de forma que possamos fazer, da pesquisa, uma atividade social transformadora por meio de uma ação consciente.

A política educacional, na perspectiva de Paulo Freire, deve ser elaborada com vistas a propiciar reflexões sobre a realidade e tem um caráter problematizador, político e dialético, visto que propõe o rompimento da consciência ingênua e o despertar para a consciência crítica por meio do chamamento dos atores sociais para elencar e delinear, não somente as necessidades, mas a possibilidade concreta de universalização da educação como direito de todos em sentido pleno, da democracia na sociedade como condição para a existência de uma escola democrática, bem como da justiça social.

Paulo Freire (2005) critica o tipo de educação que não permite a formação de consciência crítica. Corroborando com o pensamento de Freire, acreditamos que a educação contribui para o processo de transformação social. Para que a educação aconteça efetivamente, as políticas públicas educacionais surgiram com a finalidade de possibilitar o acesso e permanência à uma educação pública de qualidade. Sendo o Estado o responsável pelas suas implementações, no sentido de contribuir com a transformação educacional e a efetivação da cidadania, conforme os direitos previstos na legislação.

A valorização do magistério foi contemplada na Constituição Federal de 1988 mediante princípios, entre eles o que remete à “valorização dos profissionais do ensino” (art. 206, inciso V), determinando a criação de plano de carreira e a instituição do piso salarial. Esses princípios foram reafirmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96).

A partir da definição desses princípios contidos na CF de 1988 e na LDB/1996, as

legislações que seguem normatizam a valorização do magistério, conforme abordado na Política de Fundos (FUNDEF/FUNDEB), que, em tese, se preocupam com a valorização dos profissionais do magistério, ao prever a destinação de, no mínimo, 60% do total do Fundo para remuneração dos professores e a implantação de Planos de Carreira naqueles Estados ou Municípios que ainda não tivessem Planos em vigência.

Neste sentido, a política de Fundos adotada no Brasil, a partir de 1996, tem colocado em pauta o financiamento da educação e a valorização dos professores da educação básica, cumprindo um papel relevante em relação ao desenvolvimento de estudos sobre estas temáticas.

Nas últimas décadas, a valorização dos profissionais da educação tem sido discutida, no contexto das políticas educacionais, como condição para a garantia do padrão de qualidade do ensino. Assim, em 2008, foi instituída a Lei 11.738 que ficou conhecida como a Lei do Piso, que criou o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o qual visa promover a melhoria da qualidade do ensino público por meio da valorização do profissional da educação, garantindo patamares básicos de vencimento (BRASIL, 2008, p.2).

O piso salarial nacional, para os profissionais do magistério da educação básica pública, é um tema com longa trajetória de lutas na história educacional brasileira. A criação desse piso é considerada um avanço para a categoria, decorrente de sucessivos ciclos de lutas e discussões.

A implementação do Piso contribuiu para elevar o patamar inicial da carreira do magistério, no entanto, a remuneração média continua distante daquela oferecida a outros profissionais com a mesma escolaridade.

Frente a esta informação e toda a legislação apresentada, fazemos os seguintes questionamentos: A atual legislação brasileira garante a valorização condigna do magistério? Qual a relação entre o salário dos professores e de outros profissionais com a mesma formação acadêmica?

Antes de tentarmos elucidar esses questionamentos, apresentaremos a meta 17 do Plano Nacional de Educação, que aborda a temática em discussão, quando propõe:

valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p.31).

Consideramos que essa ação do PNE permite a valorização dos professores da educação básica, embora essa inclusão não garanta, de fato, seu cumprimento. Visto que a proposta de

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

“equiparar” o rendimento médio dos professores aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente é uma meta bastante ousada e requer bastante esforço e investimento para que venha a ser de fato concretizada. O prazo estipulado para o cumprimento dessa meta era até o sexto ano de vigência do Plano, ou seja, o ano de 2020, e até o presente momento não foi efetivada.

Destarte, a criação da legislação nem sempre garante a sua efetivação. Para que a valorização desses profissionais ocorra, é imprescindível a luta da categoria, por meio de movimentos sindicais em busca de remuneração digna e melhores condições de trabalho.

Alves e Pinto (2011) realizaram um trabalho que teve como objetivo comparar a remuneração dos professores a de outros profissionais com o nível de formação equivalente. O estudo constatou que a remuneração dos professores é inferior a de outros profissionais com o mesmo nível de formação. Assim, para as ocupações de nível superior, há diferenças significativas entre o rendimento médio dos professores e de outros profissionais como os médicos, professores do ensino superior, engenheiros civis, advogados, dentre outros, ocupando o professor da educação básica o 27º lugar, de um total de 32 profissões analisadas. Os dados também evidenciam a pouca atratividade salarial da profissão docente.

Essa desvalorização salarial leva muitos professores a trabalharem em duas ou três jornadas, na mesma rede ou em redes diferentes de ensino. Para Gatti e Barreto (2009), as condições de remuneração e carreira dos professores não correspondem à formação exigida e nem às responsabilidades sociais implicadas em seu trabalho.

Dessa forma, a remuneração docente torna-se preocupante, por não serem pagos salários condizentes com o exigido no tocante à formação e às cobranças que lhes são exigidas. É preocupante, dadas as condições expostas, a pouca atratividade da carreira docente, acarretando na dificuldade de reter nas escolas bons professores.

Apesar de evidentes avanços na área educacional, ainda persiste uma crescente exclusão, principalmente devido à desvalorização dos profissionais do magistério. Segundo Abicalil (2008), a baixa remuneração da profissão pode ser uma das explicações para a baixa procura desta carreira profissional por parte da nova geração de estudantes universitários, em especial na área de exatas. A realidade salarial pode justificar, ainda, a grande quantidade de universitários que abandonam os cursos de licenciatura.

Outro aspecto que deve ser considerado é a ausência de reconhecimento social ao professor da educação básica. A não valorização social da docência afeta, inclusive, o

recrutamento de novos professores. Pesquisa feita com alunos sobre a atratividade da carreira docente evidencia a dimensão das contradições presentes no exercício do magistério na Educação Básica, e que são percebidas pelos jovens (GATTI, TARTUCI, NUNES E ALMEIDA, 2009).

Observa-se no estudo realizado por Alves e Pinto (2011), que as profissões que ocupam o topo da lista são profissões que têm, historicamente, reconhecimento da sociedade. Portanto, além da busca por melhor remuneração, também é necessário lutar pelo reconhecimento social.

De acordo com Lipovestsky e Serroy (2011), o reconhecimento social passa pela recuperação da imagem do professor, que não pode ser concebida sem um política salarial que inverta radicalmente o processo de pauperização que por toda parte atinge cada vez mais o mundo docente. Ainda segundo os autores, só uma reabilitação da função social do docente pode devolver, a ele, o lugar que lhe cabe. Isso passa por uma revisão global da grade de salários, a qual não pode ser concebida sem uma redefinição do estatuto e dos cargos docentes.

Para a valorização do magistério, é fundamental implementar políticas que reconheçam e reafirmem a função docente, valorizando sua contribuição na transformação dos sistemas educacionais. A valorização docente está historicamente relacionada ao processo de luta na busca de melhores salários e melhores condições de trabalho. A qualidade do ensino também está relacionada à melhoria das condições de trabalho do professor e sua valorização profissional. Além disso, outro anseio desses profissionais está ligado à existência de um plano de carreira que possibilite sua valorização, de fato.

Compreendemos que um professor com um plano de carreira que possibilite sua evolução na carreira, sua qualificação, bem com sua remuneração, sente-se valorizado e pode desenvolver seu trabalho de modo a proporcionar um ensino e aprendizagem com mais qualidade.

Valorização abordada como o reconhecimento da atividade docente, no sentido de propiciar um salário que garanta boas condições de vida para o professor, boa formação capaz de dar subsídios para execução de um trabalho de qualidade.

A análise da valorização docente consiste em considerar que este sempre foi um tema que permeou muitas discussões nos últimos anos, no entanto, as adversidades sempre foram maiores do que a disposição política e a correlação de forças para o enfrentamento da questão, de efetivação dessa valorização (VIEIRA, 2013).

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Percebe-se que, no Brasil, nos últimos anos, há um enfrentamento entre uma correlação de forças representada pelos governantes, empresários e pelos profissionais da educação que lutam por sua valorização.

O desafio de promover a valorização do magistério passa, necessariamente, pela formulação e implementação das políticas públicas de Estado, e em conseguir transformar o magistério em profissão atraente, com profissionais capacitados, bem remunerados e com boas condições de trabalho, capazes de reter os bons profissionais.

No contexto atual, as baixas remunerações acabam levando grande parte dos docentes a ampliarem suas jornadas de trabalho semanal ou abandonem a carreira docente, se dedicando em outras profissões que valorizam mais.

Sobre as formas como os professores são vistos socialmente, Barreto (2010), ao discutir as representações sociais sobre o trabalho docente, destaca que a perda de prestígio desse exercício profissional “[...]decorre da crise da escola em face da expansão da escolaridade e da diminuição do valor relativo dos certificados que ela fornece, bem como da perda do monopólio que detinha a instituição escolar sobre a transmissão do saber autorizado” (BARRETO, 2010, p. 428).

O grande caminho para enfrentar as desigualdades educacionais, sociais e econômicas é assistir melhor à escola. Investir mais no ensino, melhorar o salário dos professores, as condições de trabalho para que, valorizados, assumam maior compromisso com a educação.

Considerações Finais

Existe um consenso de que é necessário investir recursos na educação para garantir qualidade e valorização dos profissionais que nela atuam, inclusive para melhorar as condições socioeconômicas do país. A legislação vigente sobre o financiamento da educação e valorização do magistério é fruto deste consenso, no entanto, é necessário avançar no sentido de que a legislação seja de fato efetivada.

A análise da legislação demonstra um evidente desenvolvimento do tema valorização do magistério no campo educacional. Embora, nas últimas décadas, tenham sido implementadas algumas ações referentes a esta temática, por meio de legislações, conforme apresentamos, essas políticas não atingiram grande parte das metas almejadas.

Com o intuito de colaborar com essa discussão sobre a política de valorização do magistério, abordamos esta temática, no sentido de contribuir com as discussões e a expansão do conhecimento sobre a valorização do magistério público, pois consideramos que a qualidade do ensino está relacionada à melhoria das condições de trabalho do professor e sua valorização profissional.

Para concluir, ressaltamos a importância dessas discussões acerca das políticas públicas educacionais de valorização do magistério na sociedade contemporânea, principalmente quanto aos aspectos relacionados a concepção de uma educação emancipatória, uma educação comprometida com a transformação social, compreendendo a educação como ato de conhecimento e ato político.

Referências Bibliográficas

ABICALIL, Carlos Augusto. **Piso Salarial Constitucional, legítimo, fundamental**. IN: Revista Retrato da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (ESFORCE) - v. 2, n. 2/3, p. 67-80, jan./dez. Brasília, CNTE, 2008.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Resende. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte dos dados do Censo Escolar e da PNAD**. *Cadernos de Pesquisa* - v. 41, n. 143, mai./jun. São Paulo, 2011.

BARRETO, E. S. de S. **Trabalho docente e modelos de formação: velhos e novos embates e representações**. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 427-443, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.738**, de julho de 2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2007-2010/2008/Lei/L11738.htm> acesso em 12 jul.2011b.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: abr. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20 de dezembro Humana Res, v. 1, n. 2, ISSN: 2675-3901, p. 175 a 187, jan. a jul. 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

de 1996. Brasília: MEC, 1996a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 mar. 2010.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

DUBET, François. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gatti, B. A., Tartuci, G. L. B. P., Nunes, M. M. R. & Almeida, P. C. A. **Atratividade da carreira docente no Brasil**. Relatório de Pesquisa (Estudos e Pesquisas educacionais), São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LYPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten, **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16 ed. São Paulo, Cortez, 2013

SAWAIA, Bader. (Org.). (1999). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes.

VIEIRA, J. M. D. Piso salarial e federalismo: Muitos passos e compassos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 10, p. 199-209, jan./jun. 2012. Disponível em:
<<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 2 ago. 2013.